

Mobilidade social no Sertão da Ressaca: as trajetórias de Maria Bernarda de Oliveira e Eufrosina Maria de Oliveira

Social mobility in the Sertão da Ressaca: the trajectories of Maria Bernarda de Oliveira and Eufrosina Maria de Oliveira

Sandy Ferro Novais

Graduada em História (UESB)

sandynferro@gmail.com

Amanda Souza Ávila Lobo

Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade (UESB)

asgavila@gmail.com

Recebido: 07/07/2025

Aprovado: 14/10/2025

Resumo: O presente artigo analisa as estratégias de mobilidade social que duas mulheres desenvolveram a partir do trabalho e de outras agências na Imperial Vila da Vitória (localizada em uma região conhecida como Sertão da Ressaca, atual município de Vitória da Conquista-BA), entre os anos de 1840-1888. Para tanto, pretende-se delinejar elementos da trajetória da forra Maria Bernarda de Oliveira e de sua filha, mulher livre, Eufrosina Maria de Oliveira, destacando o projeto de progressiva mobilidade social de mãe e filha, considerando as estratégias que ambas utilizaram para conseguirem tal finalidade. Objetiva-se trazer uma nova análise sobre suas vidas, apoiada nas fontes e na historiografia já existente, procurando mostrar a ação ativa dessas mulheres para saírem de uma condição de submissão, pontuando, ainda, como elas contribuíram para a organização da sociedade na qual se inseriram.

Palavras-chave: História das mulheres, sertões da Bahia, mobilidade social.

Abstract: This article analyzes the social mobility strategies that two women developed through work and other agencies in the Imperial Vila da Vitória (located in a region known as Sertão da Ressaca, in the present-day municipality of Vitória da Conquista-BA), between 1840 and 1888. To this end, the aim is to outline elements of the trajectory of the liberated Maria Bernarda de Oliveira and her daughter, a free woman, Eufrosina Maria de Oliveira, highlighting the project of progressive social mobility of mother and daughter, considering the strategies they both used to achieve this goal. The aim is to provide a new analysis of their lives, based on existing sources and historiography, in an attempt to show the active action of these women to leave a condition of submission, while also highlighting how they contributed to the organization of the society in which they lived.

Keywords: Women's history, backlands of Bahia, social mobility.

Introdução:

Os forros e seus descendentes tiveram, através do seu trabalho e suas relações familiares, espaços de mobilidade social. Para além desse trabalho desenvolvido, estar entrelaçado em redes pessoais locais, se constituiu como um outro importante fator de mobilidade social. Isso porque, estabelecer alianças verticais ascendentes, ou seja, criar relações com figuras importantes da localidade, poderia lhes conferir melhores condições naquele espaço. Essa mobilidade social, conquistada através de variados mecanismos, não se expressava apenas com acúmulo de bens, mas também com a conquista de certa consideração social (GUEDES, 2003, p. 4-12).

De acordo com Ivo (2023, p. 30-31), nos sertões do Brasil, várias condições proporcionaram aos escravos e forros possibilidades de mobilidade social, tais como os casamentos, os concubinatos, as atividades comerciais e as pequenas áreas de produção de víveres ou de criação de animais. Além destas, a demonstração de posse e a capacidade de construção de laços com os considerados superiores também funcionavam como mecanismos para essa mobilidade que, por sua vez, adquiria significados diferentes para cada indivíduo, e essas diferenças podem ser percebidas a partir das estratégias desenvolvidas por cada um deles. Desse modo, as condições de vida alcançadas pela população forra devem ser vistas a partir das estratégias singularmente utilizadas, e para compreender as trajetórias de vida dos sujeitos envolvidos, deve-se considerar as particularidades e perspectivas que os circundavam (ALVES, 2011, p. 72-77).

Considerando as mulheres liberta e livre¹ aqui pensadas, nas sociedades escravistas americanas, a alforria, assim como a aquisição de escravos, representava um primeiro passo na tentativa de progredir socialmente (SANTOS, 2015, p. 169). Além disso, “para forros, passíveis de reescravização, a mobilidade social podia ser a própria manutenção de sua condição de liberto [...]; para seus descendentes, seria o afastamento paulatino de um passado escravo.” (GUEDES, 2007, p. 341). Há ainda a feição intragrupal da mobilidade social, fator relevante que permite pensar a posição de forros dentro do sistema de Antigo Regime, uma vez que conseguir melhores condições de vida e estima social a partir do trabalho poderia ser um avanço dentro do próprio grupo ao qual se pertencia (GUEDES, 2008, p. 88-93).

Em suma, os casos de mobilidade social dos forros e seus descendentes não devem ser investigados com base em um padrão fixo, mas sim em evidências que por sua vez envolvem

¹ Aqui, precisamos que liberta se diferencie de livre, tendo em vista que, segundo Paiva (2009, p.117), o liberto, que embora tivessem conquistado essa condição, permanecia visto de modo diferenciado socialmente daqueles que já nasciam livres, o que implicava condições diferentes de enfrentamento das adversidades.

analisar suas práticas cotidianas e suas relações com homens e mulheres que podem ser apreendidas através das fontes. Além disso, as normas de comportamento (expressas em doutrinas religiosas, educativas, em leis, etc.) desejáveis para as mulheres, não eram tidas como algo inquestionável nos seus diversos contextos, pois que elas não as seguiam à risca, como era esperado. Para mais, os seus movimentos no cenário em que se encontravam poderiam proporcionar formas de atenuar as dificuldades da vida, mesmo que em pequenos aspectos, mas que para ela representavam um importante feito. Dessa forma, apresentaremos, a seguir, as estratégias de mobilidade social empregadas por uma mulher forra e sua filha, uma mulher livre.

A crioula alforriada Maria Bernarda de Oliveira.

Iniciamos analisando a trajetória da crioula alforriada, Maria Bernarda de Oliveira, através do cruzamento de duas fontes que nos permite observar alguns elementos importantes de sua vida: sua carta de alforria e um Termo de bem viver impetrado por uma vizinha.

Maria Bernarda nasceu na fazenda Olho D'água de São Vicente² e a sua alforria foi conquistada em 29 de maio de 1855, quando ela tinha 18 anos de idade, conferida pelo então Ajudante³ João de Oliveira Freitas⁴. João de Oliveira Freitas era membro de uma das mais ricas famílias do sertão da Ressaca, filho de Manoel de Oliveira Freitas e Faustina Gonçalves da Costa. O Ajudante era proprietário de terras, gado e escravos, e exerceu importantes funções na Vila, como Juiz Municipal e Delegado de Polícia (SANTOS, 2015, p. 165). A liberdade concedida por João de Oliveira Freitas foi incondicional, pois considerando o que se afirma na carta de alforria, Maria Bernarda poderia daquele momento em diante:

Gosar de sua liberdade como se nassece de ventre livre, e para seu titulo lhe passo esta carta de liberdade muito de minha livre e expontânia vontade sem constrangimento de pessoa alguma, e nem eu, e nem meus herdeiros poderemos anulala em tempo algum [...]⁵.

Segundo Alves (2011, p. 26), a mobilidade social do liberto também estava relacionada com a conquista da sua própria alforria. Assim, o forro pode ser visto como um agente que alcançou a

² 1ª Vara Cível da Comarca de Vitória da Conquista. Sessão Judiciário - CEREMH. Termo de bem viver de Rosa Silvana de Oliveira a Maria Bernarda. 1872. Fl. 6v.

³ De acordo com o artigo 39 da Lei de 18 de agosto de 1831 que criou as Guardas Nacionais, o termo refere-se a uma das patentes que integrava o estado maior de cada batalhão da Guarda Nacional.

⁴ 41º Tabelionato de Notas. Livro nº 3, ano 1849 a 1858. LAPELINC- Laboratório de Pesquisa em Linguística de Corpus, UESB. Corpus DOVIC - Memória Conquistense. Carta de liberdade da escrava Maria Bernarda conferida por seu senhor o Ajudante João de Oliveira Freitas como abaixo se declara. 1855. Fl. 198v.

⁵ Idem, Fl. 198v.

mobilidade social, por alcançar uma condição social e jurídica superior à do escravo e porque a alforria era um procedimento reconhecido e aceito naquela sociedade escravista. Diante da sua condição, os libertos traçaram uma série de estratégias, complexas e variadas, das quais algumas eram bem sucedidas, e outras, frustradas. Dessa forma, a alforria, mesmo quando concedida de modo incondicional, deve ser interpretada como resultado de uma série de estratégias cotidianas e de investimentos individuais e coletivos, que incluíam também aquisições econômicas.

Sobre esse aspecto, Maria Bernarda constituiu uma relação com João de Oliveira Freitas, tendo com ele oito filhos. A concessão da liberdade e o reconhecimento destes filhos como beneficiários de parte dos bens de João de Oliveira Freitas em 1871⁶, demonstram que Bernarda teve com o Ajudante uma relação estável. Nesse sentido, “alforrias e privilégios não foram, unicamente, concessões feitas de cima para baixo, mas conquistas alcançadas, no caso, por mulheres submetidas.” (PAIVA, 2009, p. 126). Isto é, as relações mantidas entre as escravas e seus senhores, ou com outros proprietários, além de abrir possibilidades para a alforria da escrava e dos filhos, podia também propiciar uma vivência menos penosa no período do cativeiro e condições materiais básicas para a manutenção da vida após a liberdade. A História acaba por explicitar mais nessa relação entre senhor e escrava que de vítima poderia tornar-se provocadora do contato sexual, visto que a intenção era facilitar a vida em cativeiro, conduzir à libertação e tentar garantir recursos materiais para o futuro (PAIVA, 2009, p. 117-134). Ou seja, as relações entre senhor e escrava poderia se constituir para ela como um meio de mobilidade social ou até de garantia de bens materiais, usando com perspicácia o contato com o senhor. Entretanto,

a observação não pretende, de maneira alguma, minorar a dimensão da violência intrínseca ao sistema e às relações escravistas, mas, tão-somente, sublinhar a condição de agentes históricos ostentada por essas escravas [...] Ao contrário, tal recurso é mais um dos vários caminhos encontrados para resistir à desumanização e, portanto, ao próprio sistema (PAIVA, 2009, p. 127).

Nota-se, a partir da sua alforria, que a estratégia utilizada por Maria Bernarda foi a construção de uma relação com seu senhor, o que lhe garantiu a liberdade, além de seus filhos se tornarem donatários de bens doados pelo pai. Nesta perspectiva, segundo Paiva (2009, p. 34-49), o sucesso de algumas forças serviam de exemplo para outras e o relacionamento com elas eram de grande importância para as que pretendiam melhorar a sua condição ou mesmo para escravas que

⁶ 1º Tabelionato de Notas. Livro nº 3, ano 1849 a 1858. LAPELINC- Laboratório de Pesquisa em Linguística de Corpus, UESB. Corpus DOVIC - Memória Conquistense. Escritura de doação inter vivos que faz o Capitão João de Oliveira Freitas as pessoas abaixo declaradas. 1871. Fl. 20f.

pretendiam libertar-se. Desse modo, Bernarda iniciou o processo de conquista da mobilidade social ao conseguir a sua alforria dada por João de Oliveira Freitas e, possivelmente, foi uma dessas mulheres que serviu de referência para que outras buscassem mecanismos que lhes permitissem também alcançar a liberdade.

Após a liberdade, as mulheres não ficavam inertes aos acontecimentos ao seu redor e buscavam meios para ocuparem seu lugar nesse contexto, para serem donas de suas vidas e defenderem seus ideais (SANTOS; MENDES, 2016, p. 50). Assim, na condição de forra, Maria Bernarda traçou novas estratégias que lhe permitiram a manutenção da sua nova condição e até mesmo melhorias no seu cotidiano.

Nesse sentido, o Termo de bem viver movido por Roza Silvana contra sua vizinha, a crioula Maria Bernarda de Oliveira, depois de algumas desavenças entre ambas, nos permite observar mais alguns elementos da vida desta última, uma vez que dele, é possível extrair algumas informações sobre a Ré que permitem delinear melhor a sua trajetória.

Em 1872, Maria Bernarda era moradora da rua do Espinheiro, na Imperial Vila da Vitória, tinha 36 anos de idade e era solteira. Ela possuía uma escrava chamada Felicidade, causa da desavença com a vizinha Roza, pois esta repreendeu Felicidade por estar espancando um filho de uma outra vizinha das envolvidas, levando, segundo Roza, Maria Bernarda a injuriá-la⁷.

Considerando esse processo em que Maria Bernarda está envolvida, é possível inferir que os únicos bens de valor considerável que ela possuía era a casa onde morava e a escrava. Além disso, em 1871, quando João de Oliveira Freitas fez a escritura de doação, foi exigido que caso algum dos seus donatários filhos de Maria Bernarda morresse, os bens deveriam ficar com seus irmãos também filhos dele, e não com sua mãe ou outros filhos que ela tivesse⁸. Essa exigência permite supor que neste período a relação afetiva de João de Oliveira Freitas e Maria Bernarda já havia chegado ao fim, e a casa e a escrava que possuía, certamente era resultado de alguma autonomia que ela já havia conquistado. Mas observamos, primeiramente, a condição de Maria Bernarda de proprietária de escrava. Neste sentido, ser dona de uma escrava já aponta para uma questão interessante, uma vez que “juntar o necessário para se comprar pelo menos um demandava, para a esmagadora maioria da população, investimentos significativos, quer de ordem econômica,

⁷ 1ª Vara Cível da Comarca de Vitória da Conquista. Sessão Judiciário - CEREMH. Termo de bem viver de Rosa Silvana de Oliveira a Maria Bernarda. 1872. Fl. 2f.

⁸ 81º Tabelionato de Notas. Livro nº 3, ano 1849 a 1858. LAPELINC- Laboratório de Pesquisa em Linguística de Corpus, UESB. Corpus DOVIC - Memória Conquistense. Escritura de doação inter vivos que faz o Capitão João de Oliveira Freitas as pessoas abaixo declaradas. 1871. Fl. 23v.

quer de ordem pessoal.” (FARIA, 2000, p. 83). De acordo com Novais (2008, p. 57-65), na segunda metade do século XIX era mais difícil um proprietário comprar um escravo, considerando que, com o fim do tráfico, um grande número de escravos deixou de entrar no país e foram absorvidos por um movimento de tráfico interiorano, pelos mercados do centro-sul, onde o café estava em expansão. Ademais, na década de 1840, o escravo valia em média 300\$00, já nas décadas de 1850 e 1860, ocorreu uma valorização do escravo, devido, principalmente à Lei Eusébio de Queiroz de 1850, que pôs fim ao tráfico negreiro. Na década de 1860, o preço do escravo era duas vezes maior que nos anos de 1840, mantendo-se uma constante na década de 1870. Dessa forma, embora o preço de uma escrava fosse inferior ao de um escravo, a condição de dona de uma escrava de Maria Bernarda representou uma vitória na sua trajetória como mulher forra, uma vez que isso implicava na conquista de recursos financeiros para adquirir a escrava.

Além dos investimentos em ferramentas de trabalho e em joias, a posse de escravos funcionava como exteriorização da condição social de livre para os forros, que viviam em uma sociedade escravista e atravessada pelo preconceito com o trabalho braçal (VIANA, 2014, p. 66-70). Entretanto, dificilmente um liberto ou liberta deixava de trabalhar, mesmo quando possuía escravos. A exploração do trabalho do escravo ou o seu aluguel para terceiros tinha uma outra conotação para os forros em sua maioria. Diferentemente do ideal da elite de se manter no ócio enquanto outros trabalham, para melhorar suas condições de vida ou mesmo para alcançar algum enriquecimento, os forros e forras trabalhavam juntos com seus escravos na maioria das vezes (PAIVA, 1999, p. 240-259).

É de grande importância observar também a vaga informação que Maria Bernarda dá sobre seu trabalho, no Termo de bem viver, pois quando questionada sobre a sua profissão e meios de vida, “respondeo que vivia de seo trabalho, e da porcentagem que tira dos objetos q. lhe entregao para isso”⁹. Essa informação leva à reflexão sobre algumas agências utilizadas por Bernarda, pensando nas possibilidades que seu cotidiano lhe permitia.

Neste sentido, na Imperial Vila da Vitória, a venda de todos os gêneros de consumo cotidiano era realizada na Praça da Matriz e era proibido às quitandeiras da vila se juntarem e venderem seus produtos fora desse local que era determinado pelas autoridades da Câmara Municipal. Entretanto, essas mulheres poderiam comercializar seus produtos em suas próprias casas e se locomover nas ruas, mas isso, sem atrapalhar o trânsito (NOVAIS, 2008, p. 118-120).

⁹ 1ª Vara Cível da Comarca de Vitória da Conquista. Sessão Judiciário - CEREMH. Termo de bem viver de Rosa Silvana de Oliveira a Maria Bernarda. 1872. Fl. 6f.

Ademais, as feiras estão relacionadas com os grandes mercadores que as transformaram em um ponto de encontro de grandes comerciantes. Todavia, elas não são frequentadas apenas por esses mercadores, uma vez que todos têm acesso à feira e há uma enorme participação popular (NOVAIS, 2008, p. 118-120).

Tais elementos característicos do seu lugar de existência permitem conjecturar que Maria Bernarda foi uma das personagens que vendia seus produtos na Praça da Matriz da Vila, em conjunto com sua escrava, e também em convivência com outras mulheres, ou até mesmo na sua residência, uma vez que a legislação da Vila permitia essa atividade. Sobre esse aspecto, de acordo com Araújo (2008, p. 115), uma outra possibilidade de renda para as mulheres forras era através de moradas que poderiam ser alugadas ou vendidas em momentos de necessidade. Portanto, apesar da posse de escravos ser um importante investimento e ainda se configurar como elemento de distinção de quem os possuía, eles não eram as únicas alternativas de renda para as forras. Além disso, a casa também poderia significar um local onde pequenos negócios eram instalados. A função de muitos sobrados e casas não eram meramente para moradia, mas poderiam incluir a função produtiva e econômica para mulheres que precisavam ganhar a vida com o trabalho que sabiam oferecer (SILVA, 2004, p. 96). Dessa forma, o processo em que Maria Bernarda esteve envolvida pode ter sido resultado de uma inimizade ligada ao trabalho entre ela e sua vizinha, pois Roza Silvana de Oliveira afirmou ser viúva e viver de negócios¹⁰, o que permite pensar que a atividade das duas poderia ser desempenhada nas ruas da Vila.

E ainda, há a importância da construção de uma rede pessoal comercial para obter maior sucesso nas suas agências, aqui relacionada especialmente a esse pequeno comércio realizado pela personagem analisada. Neste aspecto, de acordo com Dantas (2016, p. 89-90), no contexto colonial de Minas Gerais, as mulheres negras cultivaram um nicho praticamente exclusivo na economia através da atividade de pequeno comércio, ao tempo em que investiam em escravos para viverem de seus rendimentos e em bens materiais para se dissociarem da condição de escravas. E essas mulheres cultivavam relações sociais e de negócios com homens de posses que as pudessem beneficiar. Silva (2004, p. 165), outrossim, argumenta que no Recife, as vendeiras de qualquer condição jurídica, eram normalmente engajadas em contratos de aluguel, sendo muito frequente que as mulheres libertas fossem solicitadas para alugar seus serviços, para vender nas ruas, cujos pagamentos poderiam ser feitos por um valor estabelecido (por dia, por semana, dependendo do

¹⁰ 1ª Vara Cível da Comarca de Vitória da Conquista. Sessão Judiciário - CEREMH. Termo de bem viver de Rosa Silvana de Oliveira a Maria Bernarda. 1872. Fl. 2f.

acordo feito), bem como por comissão. Nesse aspecto, mulheres forras e livres pobres, ao contrário da escrava que estava sujeita aos acertos feitos entre o locatário e seu senhor, poderiam atuar mais diretamente na negociação com seus contratantes, e vendiam por comissão, obtendo, assim, algum lucro para elas. Dentre outras, essa era uma vantagem de não ser escrava.

Portanto, percebe-se que a atividade desempenhada por Maria Bernarda remete às conquistas que vão desde a relação estabelecida com pessoas que pudessem lhe fornecer algum benefício, com a venda e o aluguel dos produtos que ela comercializava, até a posse de uma escrava que lhe permite uma condição melhor que outras pessoas que viviam da mesma atividade, uma vez que ela podia usufruir dos lucros do trabalho dessa escrava, em conjunto com o seu próprio trabalho. Dessa forma, é possível perceber a ação ativa de Maria Bernarda na tentativa de angariar recursos e melhorar a sua condição de vida, a partir do seu trabalho em conjunto com a sua escrava e, ainda, em contato com pessoas de diferentes categorias jurídicas e posição social que contribuíam no empreendimento para remediar sua vida.

Além de ser possível observar os meios de sobrevivência de Maria Bernarda, é possível verificar, no trecho do Termo de bem viver descrito abaixo, a forma como ela é apresentada por Roza Silvana:

[...] a crioula Maria Bernarda, prostituta turbulenta, e habituada a vociferar injurias contra qualquer pessoa, que ella odeia, como acontece com a supp.te que em dias de Dezembro esta fora ella atrozmente injuriada pela supp.da, sómente pelo facto de ter a supp.te reprehendido, a escrava Felicidade do domínio da suplicante, em virtude de estar espancando ao menor Thiotonio, filho de Carolina Ferreira moradora na mesma rua; repetindo as mesmas acções no corr.te mez, o que de certo offendem os bons costumes e tranquilidade das famílias, [...]¹¹.

A forma como Maria Bernarda é caracterizada pela vizinha demonstra o imaginário preconceituoso sobre os libertos no Brasil colonial e imperial, de maneira que esses sujeitos eram vistos como propensos à violência, criminalidade e imoralidades (SANTOS, 2015, p. 168-169). Esse imaginário recaía sobre as mulheres escravas, libertas e livres pobres, sobretudo aquelas que realizavam atividades ligadas ao pequeno comércio de rua, o qual não tinha reconhecimento e não era socialmente valorizado (DIAS, 1995, p. 19-39). Ademais, o exercício de venda conferia características comportamentais e condições específicas às mulheres a ele incorporadas, em que o ideal de docilidade apregoado às mulheres dificilmente poderia ser associado a uma mulher dedicada à venda em locais públicos. Portanto, ocorria nessa sociedade escravista uma associação

¹¹ 1ª Vara Cível da Comarca de Vitória da Conquista. Sessão Judiciário - CEREMH. Termo de bem viver de Rosa Silvana de Oliveira a Maria Bernarda. 1872. Fl. 2f.

das mulheres negras e pardas à ausência de honra, e às mulheres brancas ao ideal de honra (SILVA, 2004, p. 154). Desta maneira, nota-se que as mulheres forras precisavam lutar, dentre outros fatores, contra os preconceitos que recaíam sobre elas ligados à sua condição ou à sua ocupação. Contudo:

as forras buscavam meios de sobreviver e também acumular algum pecúlio que permitisse uma vida melhor para si ou para os seus filhos. Trabalho, esse, realizado sobretudo nas ruas, becos e fontes dos arraiais e vilas. As forras não viviam ociosas, mas labutavam diariamente em meio a um cotidiano vinculado pelo “trabalho, serviço e indústria.” (VIANA, 2014, p. 77).

Assim, a despeito dos padrões sociais que relegavam às mulheres a execução de atividades apenas no ambiente doméstico, elas não estavam alinhadas a tais normas e se utilizavam de variados espaços para desenvolverem suas maneiras de sobrevivência, e alcançarem alguma melhoria ao longo de suas trajetórias. Maria Bernarda não se figurava enquanto uma mulher de grande prestígio naquela sociedade, mas as suas ações para conseguir sair da condição de escrava e tirar seus filhos dessa condição através de um relacionamento com um homem rico é um fato importante. Ademais, mesmo que ela não tenha se tornado uma senhora importante como Chica da Silva, o objetivo de deixar a condição de escrava e assim mudar de estamento social foi alcançado, sua vida foi melhorada, considerando seu trabalho, a posse de uma casa e de uma escrava. Entretanto, “[...] as pequenas “grandes fortunas” adquiridas por indivíduos egressos do cativeiro, não podem nos levar a dedução apressada de que a mobilidade econômica fosse algo incentivado ou sequer facilitado numa sociedade escravista.” (OLIVEIRA, 1979, p. 81).

Assim, é importante compreender as conquistas de Maria Bernarda de Oliveira como resultado de lutas cotidianas, marcadas pelo inesperado, por retrocessos, mas também por vitórias que lhe permitiram uma vida mais próspera. E além disso, suas ações permitiram uma trajetória de vida a seus descendentes cada vez mais afastada do passado escravo, considerando a trajetória de sua filha, Eufrosina Maria de Oliveira, de quem falaremos adiante.

A filha livre Eufrosina Maria de Oliveira.

Ressalte-se que os intercursos sexuais mantidos entre as escravas e seus senhores, ou com outros sujeitos de posses, além de abrir possibilidades para a alforria da escrava e de eventuais filhos bastardos, podia também propiciar uma vivência menos penosa no período do cativeiro e condições materiais básicas para a manutenção da vida após a liberdade. No entanto, assumir um filho mulato representava alguns problemas para um homem livre no sistema escravista, que vão

além dos mandamentos da igreja, resvalando no fato de que poderia causar uma série de questões quanto à herança, ou caso fosse um homem público, poderia ser usado como ataques à sua honra (PAIVA, 2009, p. 119-122).

Dessa forma, a construção de relacionamentos com homens de “qualidade”¹² superior à sua, figurava como uma das possibilidades para as mulheres escravas na tentativa de conseguirem a liberdade e outras benesses para si e para seus descendentes. A exemplo dos casos de Chica da Silva, Clara Gonçalves e Francisca Poderoza¹³, cuja construção de relacionamentos afetivos com homens importantes naquela sociedade, permitiu às três uma vida mais remediada, com apoio sentimental e material, sendo que, no caso das duas primeiras, foi possibilitada uma importante ascensão social própria, e de seus descendentes, que assumiram cargos importantes na burocracia estatal, tendo se posicionado enquanto grandes proprietários de terras, escravos e outros bens.

Nessa perspectiva, conforme já apresentado, a relação construída entre a crioula Maria Bernarda de Oliveira e o Capitão¹⁴ João de Oliveira Freitas, concedeu a ela o benefício da liberdade, e permitiu que seus filhos figurassesem entre os donatários de parte dos bens do pai. Dessa forma, como demonstrado na escritura de doação inter vivos, João de Oliveira Freitas deixa

[...] assim da quantia de um conto e quinhentos mil reis a cada um dos oito filhos naturais de Maria Bernarda de nomes Hyginia caizada com Severiano Rodrigues do Prado, Rofino, cazado, Roza, Lidia, Engracio, Eufrosina, Felismina e Martiniano [...]¹⁵.

Entre os bens doados pelo Capitão aos seus filhos naturais com Maria Bernarda estavam inclusos, escravos, animais, valores em dinheiro, valores em terras, casas de uma fazenda e utensílios domésticos, totalizando uma quantia para cada um deles de 1:500\$000. Assim, mesmo que o reconhecimento de filhos resultados de relacionamentos extraconjogais pudesse representar um problema para os homens livres perante a sociedade, como argumentado por Paiva (2009), a ação de João de Oliveira Freitas em tornar os seus filhos com Maria Bernarda beneficiários de parte do seu patrimônio demonstra que, a revelia dos padrões sociais, esses sujeitos poderiam tornar a vida desses filhos menos difícil a partir de alguma vantagem material. E sobretudo, tornar os filhos

12 Termo ou categoria que é usada para definir pessoas ou grupos sociais. A elas, liga-se a condição social (status jurídico), critérios religiosos, morais, e em alguns casos, elas podem ser relacionadas a noção de cor da pele, ou a procedência e posição social do sujeito. (IVO, 2023, p. 28).

13 Ver Furtado (2001, p. 33-74); Ribeiro (2019, p. 207-222); Paiva (1999, p. 318-320).

14 De acordo com a Lei de 18 de agosto de 1831 que criou as Guardas Nacionais, trata-se da patente mais alta que compunha as companhias das Guardas Nacionais.

15 1º Tabelionato de Notas. Livro nº 3, ano 1849 a 1858. LAPELINC- Laboratório de Pesquisa em Linguística de Corpus, UESB. Corpus DOVIC - Memória Conquistense. Escritura de doação inter vivos que faz o Capitão João de Oliveira Freitas as pessoas abaixo declaradas. 1871. Fl. 20f.

donatários de bens doados por um homem membro da elite local representa sem dúvida uma conquista de Maria Bernarda rumo a mobilidade social progressiva para seus descendentes.

Segundo Santos (2015, p. 170), em uma sociedade onde a escravidão e a mestiçagem eram presentes, haviam distintos níveis de mobilidade social e o relacionamento entre Maria Bernarda e João de Oliveira Freitas produziu filhos mestiços, o que ajudou a alterar os valores e hierarquias daquela época. Sendo assim, analisaremos alguns elementos da trajetória da filha de Maria Bernarda e João de Oliveira Freitas, Eufrosina Maria de Oliveira, buscando avaliar esses resultados.

Eufrosina Maria de Oliveira nasceu em 1859, no povoado do Panela, região de Campo Formoso, território pertencente à Imperial Vila da Vitória (MEIRA, 2023, p. 10). Vale destacar que com a mudança do Império para a República, em 1891, a Vila ganha o título de cidade e passa a ser denominada Cidade da Conquista (IVO, 2017, p. 183). Portanto, a trajetória de Eufrosina aqui analisada, remete tanto à Imperial Vila da Vitória como também à Cidade da Conquista.

Quando nasceu, a sua mãe já havia conseguido a liberdade concedida por seu pai em 1855, portanto, Eufrosina já nasce livre. Considerando a sua data de nascimento, em 1871, quando a escritura de doação do Capitão João Freitas foi registrada, Eufrosina tinha apenas 12 anos de idade. Com exceção dos seus irmãos Rofino e Hyginia (a quem o marido assinou o documento como seu representante), o Curador Geral dos Órfãos, Manoel Silva, assinou o documento pelo fato de os demais filhos de Bernarda serem menores. Nesta doação, Eufrosina recebe os seguintes bens,

a Eufrozina = A escrava Maturina, crioula de deis annos no valor de seis centos mil reis = Vinte cabeças de gado de criar, a vinte mil reis, quatro centos mil reis = Cinco Egoas a trinta e cinco mil reis = Nas terras e Caza da Fazenda Sanharó, trezentos e vinte e cinco mil reis, e tendo na importancia de úm conto e quinhentos mil reis [...]¹⁶

A partir desse fragmento, nota-se que Eufrosina inicia sua vida como proprietária de uma considerável quantidade de bens, que lhe dava melhores condições de inserção na sociedade onde vivia. Como destaca Faria (2004, p. 162) e Oliveira (1979, p. 77-80), a posse de escravos representava um projeto de ascensão social, isto é, ter escravos era importante para manutenção da mobilidade social e para a inserção na sociedade, tendo em vista que se tratava de uma sociedade escravista onde viver do trabalho de outrem significava demonstrar prestígio social. Além disso, de acordo com Ivo (2017, p. 59) a conquista do Sertão da Ressaca esteve ligada ao intento de encontrar metais preciosos e estabelecer fazendas de gado e essa criação foi responsável pela instalação e

¹⁶1º Tabelionato de Notas. Livro nº 3, ano 1849 a 1858. LAPELINC- Laboratório de Pesquisa em Linguística de Corpus, UESB. Corpus DOVIC - Memória Conquistense. Escritura de doação inter vivos que faz o Capitão João de Oliveira Freitas as pessoas abaixo declaradas. 1871. Fl. 23f.

fixação de muitas famílias no então arraial da Conquista, que se tornaria a Imperial Vila da Vitória. E ainda, conforme Novais (2008, p. 28), no século XIX, predominava no Brasil a economia agrária, com alicerce na agricultura e na pecuária. Na segunda metade dos oitocentos, o Sertão da Ressaca apresentava uma dinâmica econômica regional baseada principalmente nas fazendas de criação de gado e no cultivo de gêneros alimentícios e no comércio, projetando a Imperial Vila da Vitória para o mercado interno. Assim, as terras e os animais recebidos por Eufrosina indicam um mecanismo de inserção na dinâmica econômica da Vila.

Mas não somente os bens recebidos, como a própria filiação representa um importante elemento no progresso da mobilidade social de Eufrosina. Isso porque, João de Oliveira Freitas fazia parte da família que resultou da união dos Gonçalves da Costa com a família Oliveira Freitas. João de Oliveira Freitas era filho de Faustina Gonçalves da Costa, filha do patriarca da conquista João Gonçalves da Costa e de Josefa Gonçalves da Costa. E os descendentes da união dessas famílias ocuparam cargos na administração pública local com funções na câmara e no executivo do município durante os séculos XIX e XX (IVO, 2017, p. 75).

Não sabemos quem administrou esses bens até Eufrosina de Oliveira alcançar a sua autonomia, todavia, ela inicia a sua trajetória de vida como proprietária de bens que lhe possibilita traçar melhores estratégias futuras para um melhor posicionamento perante aquela sociedade, além de ser filha de homem descendente da família patriarca da conquista e que desempenhou importantes papéis na Imperial Vila da Vitória.

Nessa perspectiva, Alves (2010, p. 40-44) também apresenta um caso de uma relação que gerou filhos entre pessoas de diferentes “qualidades”. Segundo essa autora, o Capitão Manoel de Oliveira Barrozo, morador do Recôncavo da Bahia, reconheceu os seis filhos de Luzia Gomes de Azevedo, uma mulher preta de nação Jeje. No seu testamento, o Capitão nomeou os filhos de Luzia como herdeiros, ressaltando que seus seis filhos pardos estavam forros, assim como a sua mãe também estava liberta. O fato de o Capitão ter nomeado seus filhos pardos como testamenteiros demonstra as relações de confiança estabelecidas entre eles e também uma forma de garantir que seus filhos seriam verdadeiramente beneficiados. No testamento de Manoel de Oliveira Barrozo, Luzia é nomeada como mãe dos seus filhos, além de ter sua liberdade concedida e receber uma quantia de duzentos mil réis. Já as filhas do Capitão Barrozo e Luzia Jeje, ao se casarem, levaram consigo escravos, trastes de ouro, diamantes e pedras, além dos dotes de oito mil cruzados e duzentos mil réis, e oito mil cruzados.

Ainda segundo Alves (2010, p. 44), cair nas graças de um homem poderoso poderia se tornar um caminho para as mulheres, especialmente as escravas, conseguirem melhores condições de sobrevivência e esse certamente foi perseguido por muitas delas. Além dos mais, uma das formas mais bem sucedidas para uma escrava ou descendentes era, sem dúvida, o reconhecimento da paternidade de filhos por parte de homens da elite. Dessa maneira, observando a trajetória de Maria Bernarda, é possível perceber que esta foi umas das variadas estratégias de mobilidade utilizadas por ela, especialmente no que diz respeito aos seus filhos. Ao se relacionar e ter filhos com João de Oliveira Freitas, um homem importante da Imperial Vila da Vitória no século XIX, Maria Bernarda possibilitou aos seus filhos uma perspectiva de ascensão material e social e, no caso da sua filha Eufrosina Maria de Oliveira, ainda no início de sua vida. Portanto, ser filha natural e obter reconhecimento paterno também foi bastante benéfico.

Ao longo de sua existência, Eufrosina de Oliveira teve seis filhos, resultado de um casamento e de duas outras relações. Eufrosina casou-se primeiramente com Lázaro Vianna dos Santos, comerciante e fazendeiro, morador do mesmo povoado do Panela conhecido como homem de negócios, mas não havia declarações de que tipo de atividade ele vivia. Tiveram três filhos, Lydia Vianna de Oliveira, Paulino Vianna de Oliveira e Rachel Vianna de Oliveira. Em 1894, Lázaro Vianna morreu de sífilis nas margens do Jequitinhonha, atualmente município de São Miguel das Minas Gerais. Já com o italiano Francisco Pascoal, homem de negócios, branco, ela teve mais um filho, Noé Moraes de Oliveira. Todavia, como o italiano ameaçou levar Noé com ele para a Itália, Eufrosina convenceu o professor Eusébio Moraes a registrar o menino como seu filho em troca de um terno de tecidos finos e caros que só os homens ricos podiam comprar (MEIRA, 2023, p. 37-39).

Os dois últimos filhos de Eufrosina, Raquel e Agenor de Oliveira Freitas, eram filhos do Coronel José Fernandes de Oliveira, o Coronel Gugé (MEIRA, 2023, p. 52). O Coronel Gugé foi uma importante figura política, sob a qual se reuniu um forte grupo que comandou a política do Município no decorrer de quase toda a primeira metade do século XX (IVO, 2017, p. 236). Em 1914, Eufrosina se casou novamente com Alfredo Trindade, um comerciante de 43 anos. Essa relação durou oito anos, visto que em 1922 há um registro de desquite entre o casal (MEIRA, 2023, p. 55-56).

No inventário de Eufrosina iniciado em 1936, seus filhos Noé e Agenor, que aparecem como herdeiros, tinham respectivamente 46 anos e 38 anos de idade¹⁷. Então, considerando as idades de ambos, Noé teria nascido no ano de 1890 e Agenor em 1898. Assim, tendo em conta a data da morte de Lázaro Viana e o ano em que Eufrosina casou-se novamente com Alfredo Trindade, Noé foi resultado de um relacionamento extraconjugal, e Agenor teria nascido com sua mãe na condição civil de viúva.

Vejamos, portanto, alguns elementos da vida dessa mulher, e os diferentes mecanismos de mobilidade social construída para ela e para seus descendentes.

Nesse sentido, nos livros de Décima Urbana onde era registrada a colaboração dos mais proeminentes cidadãos, nos registros de pagamentos de impostos entre o período de 1907 e 1933, Eufrosina de Oliveira apareceu contribuindo como proprietária de uma casa comercial que possuía na rua Monsenhor Olímpio (MEIRA, 2023, p. 79). Sobre este ponto, Araújo (2008, p. 112) observa que a principal forma de manutenção das mulheres forras se dava com o envolvimento no comércio. Portanto, o comércio representou uma alternativa de sobrevivência para essas mulheres e mostramos aqui a relevância dessa atividade para Maria Bernarda de Oliveira. Segundo Guedes (2008, p. 27), o trabalho era um importante elemento que viabilizava a mobilidade social de forros e seus descendentes. Destarte, é interessante observar como o envolvimento no mundo dos negócios foi um dos aspectos fundamentais para o progresso da mobilidade social de mãe e filha. Enquanto Bernarda poderia comercializar seus produtos na praça da Vila ou na sua própria casa, sua filha Eufrosina era proprietária de uma casa comercial na Cidade da Conquista, o que demonstra a sua inserção nas dinâmicas econômicas da sociedade, o que possivelmente lhe proporcionou melhores condições de vida.

Mas além do trabalho, as relações de sociabilidade foram outras estratégias usadas por Eufrosina no projeto de progressiva mobilidade social. Nesse sentido, seu nome e de seus descendentes constavam entre os nomes dos doadores da irmandade da Santa Casa de Misericórdia, onde também haviam membros das famílias mais ricas do Município (MEIRA, 2023, p. 83). Nessa questão, essa estratégia se aproxima da avaliação realizada por Furtado (2001, p. 60-61), acerca de Chica da Silva, quando argumenta que esta também atuou na participação em irmandades, feita tanto por ela como por seus filhos, em irmandades de brancos e também de pretos, inclusive ocupando cargos na direção. Segundo essa autora, Chica da Silva e seus filhos transitaram por todas

¹⁷ 1ª Vara Cível da Comarca de Vitória da Conquista. Sessão Judiciário - CEREMH. Inventário: Eufrosina Maria de Oliveira. 1936-1937. Fl. 7f.

as irmandades do Tejuco, sejam elas de brancos, mulatos ou negros. As irmandades eram locais de privilégio e reconhecimento social, e mais do que isso, a concessão e ostentação do prestígio.

Dessa maneira, a participação de Eufrosina de Oliveira e de seus descendentes em uma irmandade juntamente com membros da elite daquela sociedade, figura-se como estratégia de reconhecimento e prestígio perante seu contexto de inserção social, sendo que a participação nestas entidades, juntamente com o seu trabalho, se figuram como elementos fundamentais para a ascensão de Eufrosina.

Além desse aspecto, segundo Novais (2011, p. 91-97), as narrativas sobre Eufrosina de Oliveira são variadas, onde são expostas suas qualidades de coragem e firmeza diante de situações que exigiam uma postura segura. Por sua personalidade, despertou admiração em muitos, mas também era tida como uma mulher de comportamento ousado, que se pode entender como desafios aos padrões e uma postura combativa. Além disso, por causa das dificuldades de acesso à saúde pública na época, comumente atuou colaborando com as pessoas da comunidade para auxiliar na cura de pequenos males e, especialmente, para realizar partos. E segundo a autora, Eufrosina se tornou uma parteira muito famosa e muito requisitada.

Sobre esse ponto, o repertório cultural das mulheres estava enraizado em diálogos estabelecidos na sua estrutura familiar, mas também com o meio social e natural no qual estavam inseridas. Não só receitas de alimentos, mas receitas de remédios eram compartilhadas entre elas. O uso de ervas para a elaboração de infusões, beberagens, compressas, etc, tinha como objetivo abrandar sintomas de diversas doenças ou de situações indesejadas, como a gravidez inesperada. A familiaridade com algumas plantas utilizadas para remédios caseiros remonta a tradições da população africana e escrava. Assim, o compartilhamento e a transmissão desses saberes populares propiciavam a construção de redes de solidariedade entre as pessoas envolvidas (BARBOZA, 2012, p. 89-95).

Por conseguinte, Eufrosina conseguiu se inserir entre os importantes membros da sociedade da sua época, mas não significa que não tenha estabelecido contato com outras pessoas que lhe proporcionaram ter conhecimento dessas práticas. Portanto, a partir do que argumenta Novais (2011) e Barboza (2012), é possível conjecturar que mesmo sendo filha de um homem da elite, sendo proprietária de uma casa comercial e se casando com homens de posses, Eufrosina também mantinha contato com pessoas que lhes transmitiam e ensinavam essas informações e habilidades, podendo ter aprendido com sua mãe, ou até mesmo com pessoas da localidade onde nasceu. Em suma, inferimos que o reconhecimento e prestígio social de Eufrosina não associa-se

apenas aos grupos mais abastados da sociedade, mas pode advir e envolver outros membros, que também lhe conferem uma importância dentro daquele cenário.

Demonstrados o trabalho e as redes de sociabilidade de Eufrosina de Oliveira e sua relevância, consideramos algumas informações importantes contidas no seu inventário, cuja descrição de bens consta:

uma parte de Terras na fazenda Gamileira, que avalia-mos por dez mil reis 10\$000
Uma outra parte de Terras na mesma fazenda Gamileira, que avaliamos por quise
mil reis 15\$000 Uma de Terras na fazenda Conceição que avaliamos dezessete
mil reis 17\$000 Uma casa de morada com suas respectivas dependências, nes-
[sic] Cidade, á Rua Monsenhor Olímpio, com uma porta e cinco janellas de frente,
que avaliamos por dous contos de reis 2:000\$000 Moves, quatro 4 camas velhas,
que avaliamos a trinta mil reis cada e todas por cento e vinte mil reis 120\$000
Um armario velho, que avaliamos por trinta mil reis 30\$000 Seis 6 cadeiras
velhas, que avaliamos a treis mil reis cada i todas por dezoito mil reis 18\$000 E,
assim, achamos nós avaliadores importar os bens constantes do mandado retro
em dous contos duzentos e dez mil reis 2:210\$000 [...]¹⁸.

É interessante observar que o bem de maior valor que Eufrosina possuía era uma casa de morada, avaliada em dois contos de réis, o que permite pensar, considerando o valor, que a residência estava localizada em uma importante avenida da cidade naquele contexto. E ainda, as terras avaliadas que aparecem também como de propriedade de Eufrosina são mencionadas em uma certidão¹⁹ feita a pedido dela em 1931, em que são declarados os bens herdados pelo seu falecido marido Lázaro Vianna, do seu pai Antônio Joaquim dos Santos. Dessa forma, as partes de terras nas fazendas Gameleira e Conceição que aparecem como propriedades de Eufrosina em 1936, foram resultados da herança do pai do seu primeiro marido.

Sobre esse aspecto, de acordo com Silva (2019, p. 140) para as mulheres, se esforçar por diferentes agências para conseguir alguma terra era importante, pois elas enxergavam a partir disso, uma possibilidade de ganho nas condições de vida e mobilidade social, por isso, se recorria a diferentes meios de acesso à terra. Dessa forma, percebe-se a importância das redes de relações para o processo de mobilidade social para as mulheres. No caso de Eufrosina, o acesso à terra se deu inicialmente a partir dos bens deixados por seu pai, relação sabiamente estabelecida por sua mãe, Maria Bernarda e, depois, a partir do seu casamento com Lázaro Vianna que lhe rendeu a posse de alguns bens. Levando em conta a importância da posse de terras para uma região onde

¹⁸ 1ª Vara Cível da Comarca de Vitória da Conquista. Sessão Judiciário - CEREMH. Inventário: Eufrosina Maria de Oliveira. 1936-1937. Fl. 20f.

¹⁹ Idem. 1936-1937. Fl. 25f.

predominava a agricultura e a criação de animais, certamente Eufrosina soube usar estes bens com astúcia.

Ainda sobre seu inventário, seus filhos Noé Moraes e Agenor Freitas figuravam entre os herdeiros dos bens de Eufrosina juntamente com um neto dela, José Vianna de Oliveira, filho de Paulino Vianna. Anexado a este documento aparecem duas escrituras de compra e venda, nas quais Noé compra os direitos da herança de José e Agenor por uma quantia de 200\$000. O interessante nessas escrituras é a descrição das ocupações dos três herdeiros. Noé aparece como fazendeiro, assim como José Vianna e sua esposa, Eulhalia Gusmão Vianna, enquanto que Agenor Freitas e sua esposa Arelana Fonseca Freitas são descritos como negociantes²⁰. Dessa forma, é possível destacar a transmissão de bens materiais e simbólicos de Eufrosina para seus descendentes, considerando que a posse de terras era um bem comum à sua família desde a conquista do Sertão da Ressaca, além da importância dos negócios, pois é válido lembrar que a partir da declaração de sua mãe, Maria Bernarda, ela também negociava algum produto na então Imperial Vila da Vitória. Desse modo, conforme Guedes (2003, p. 4-12), forros e seus descendentes tiveram, através do seu trabalho e das relações de sociabilidade, possibilidades de mobilidade social, que se expressavam não apenas na condição material, como também a partir da conquista de uma certa consideração social.

Em suma, como argumenta Guedes (2008, p. 87), à mobilidade social não se liga apenas o enriquecimento (ele pode ser ou não um meio usado para alcançá-la), mas sobretudo, o reconhecimento social, que no caso de Eufrosina, possivelmente se ligou aos grupos sociais mais abastados, como também às camadas populares, considerando a complexidade da sociedade em que ela estava inserida e as redes de relações estabelecidas ao longo de sua vida. Para mais, de acordo com Meira (2023, p. 39-54), seus filhos, Noé Moraes, além de fazendeiro, assumiu importantes funções na administração pública do município e Agenor Freitas também teve uma trajetória de destaque, valendo-se da importância social de seus pais. Logo, pode-se perceber o empenho de Eufrosina Maria de Oliveira em dar continuidade ao projeto de mobilidade social iniciado por sua mãe, tendo em vista a importância alcançada por ela e por seus descendentes na sociedade onde estavam imersos. Vale destacar que a importância social de Eufrosina foi resultado de suas variadas estratégias para conseguir melhorias para sua vida, seja através das redes de relações que ela construiu e sobretudo a partir do seu trabalho.

²⁰ 1ª Vara Cível da Comarca de Vitória da Conquista. Sessão Judiciário - CEREMH. Inventário: Eufrosina Maria de Oliveira. 1936-1937. Fl. 9f - 14f.

Ademais, a busca por enriquecimento e prestígio social, conforme já demonstrado, foram características marcantes nas trajetórias das mulheres forras, sejam elas africanas ou nascidas no Brasil. Empregar recursos em bens móveis e imóveis, ferramentas de trabalho, escravos, etc, demonstram tentativas de diversificação de seus investimentos, que serviriam para remediar suas vidas e de seus descendentes. Estes últimos, por sua vez, quando possível, davam seguimento à mobilidade social, como foi demonstrado aqui a partir das trajetórias de Maria Bernarda de Oliveira e sua filha, Eufrosina Maria de Oliveira. Por fim, as histórias das duas mulheres analisadas neste estudo são trajetórias singulares, mas mostram as estratégias de sobrevivência que elas desenvolveram em uma sociedade escravista e patriarcal para galgar melhores condições de vida, proporcionando melhores horizontes para seus descendentes.

Referências:

Fontes manuscritas:

- 1^a Vara Cível da Comarca de Vitória da Conquista. Sessão Judiciário - CEREMH. Termo de bem viver de Rosa Silvana de Oliveira a Maria Bernarda. 1872. Caixa Diversos: 1872 a 1873.
- 1^a Vara Cível da Comarca de Vitória da Conquista. Sessão Judiciário - CEREMH. Inventário: Eufrosina Maria de Oliveira. 1936-1937. Caixa: 94.
- 1º Tabelionato de Notas. Livro nº 3, ano 1849 a 1858. Carta de liberdade da escrava Maria Bernarda conferida por seu senhor o Ajudante João de Oliveira Freitas como abaixo se declara. In: SANTOS, Jorge Viana; NAMIUTI, Cristiane. Corpus DOVIC - Memória Conquistense. LAPELINC-Laboratório de Pesquisa em Linguística de Corpus, UESB, Vitória da Conquista-Bahia/Brasil, 2016.
- 1º Tabelionato de Notas. Livro nº 8, ano 1870 a 1874. Escritura de doação inter vivos que faz o Capitão João de Oliveira Freitas as pessoas abaixo declaradas. 1871. In: SANTOS, Jorge Viana; NAMIUTI, Cristiane. Corpus DOVIC - Memória Conquistense. LAPELINC-Laboratório de Pesquisa em Linguística de Corpus, UESB, Vitória da Conquista-Bahia/Brasil, 2016.

Fonte consultada na internet:

BRASIL. **Lei de 18 de agosto de 1831.** Crêa as Guardas Nacionaes e extingue os corpos de milicias, guardas municipaes e ordenanças. [S. l.], 18 ago. 1831. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html. Acesso em: 2 jul. 2025.

Referências bibliográficas:

- ALVES, Adriana Dantas Reis. **As mulheres negras por cima: o caso de Luzia Jeje. Escravidão, família e mobilidade social - Bahia, c.1780 - c.1830.** 2010. 246 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ALVES, Rogéria Cristina. **Mosaico de forros: formas de ascensão econômica e social entre os alforriados (Mariana, 1727-1838)**. 2011. 174 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

ARAÚJO, Regina Mendes de. **Donas de bens e de “gentes”: Mulheres livres e forras de vila do carmo e seu termo, (1713-1750)**. 2008. 168 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

BARBOZA, Emilene Ceará. **Estratégias de sobrevivência de escravas, forras, libertas e brancas pobres na São Paulo de fins do Império (1871-1889)**. 2012. 186 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

DANTAS, Mariana L. R. Mulheres e Mães Negras: mobilidade social e estratégias sucessórias em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. **Almanack**, Guarulhos, n. 12, p. 88-104, abr, 2016.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. rev. São Paulo, Brasiliense, 1995, 253p.

FARIA, Sheila de Castro. “Mulheres Forras – Riqueza e estigma social”. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 65-92, 2000.

_____. **Sinhás pretas, damas mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e São João Del Rey (1700-1850)**. 2004. 258f. Tese (Professor Titular em História do Brasil). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

FURTADO, Júnia Ferreira. “Família e relações de gênero no Tejuco: o caso de Chica da Silva”. **Varia Historia**, Belo Horizonte, nº 24, p. 33-74, 2001.

GUEDES, Roberto Ferreira. De ex-escravos a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). In: FRAGOSO, João L. R; ALMEIDA, Carla M. C. de.; SAMPAIO, Antonio C. J. de (Org.). **Conquistadores e negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, século XVI a XVIII**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

GUEDES, Roberto Ferreira. **Trabalho, família, aliança e mobilidade social: Estratégias de forros e seus descendentes – Vila de Porto Feliz, São Paulo, século XIX**. Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas da ABPHE - Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. Belo Horizonte, p. 1-25, 2003.

GUEDES, Roberto Ferreira. **Egressos do cativeiro: trabalho, família, aliança e mobilidade social. Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850**. Rio de Janeiro, Mauad, 2008, 401p.

IVO, Isnara Pereira. **Homens de caminho: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa - século XVIII**. Vitória da Conquista, Edições UESB, 2012, 358p.

IVO, Isnara Pereira. **O Anjo da Morte contra o Santo Lenho: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia**. 2. ed. Vitória da Conquista, Edições UESB, 2017, 296p.

IVO, Isnara Pereira. “Senhoras mestiças descendentes de forros. O que nos dizem as fontes cartoriais sobre mestiçagens. Séculos XVIII e XIX”. **Fronteiras & Debates**, Amapá, v. 10, n. 1, p. 27-48, 2023.

- MEIRA, Diego Silva. **Eufrosina Maria de Oliveira: concubinato, mobilidade e inserção social na Imperial Vila da Vitória, século XIX.** 2023. 117 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.
- NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. **Produção e comércio na Imperial Vila da Vitória (Bahia, 1840-1888).** 2008. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- NOVAIS, Suzimar dos Santos. **Mulheres sertanejas: política e economia no Sertão da Ressaca (1840-1920).** 2011. 124 f. Dissertação (mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. **O liberto: o seu mundo e os outros (Salvador, 1790-1890).** 1979. 248 f. Dissertação (Mestrado em ciências sociais) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979.
- PAIVA, Eduardo França. **Por meu trabalho, serviço e indústria: histórias de africanos, crioulos e mestiços na Colônia – Minas Gerais, 1716-1789.** 1999. 360f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- PAIVA, Eduardo França. **Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos.** 1ed. São Paulo, Annablume, 2009.
- RIBEIRO, Marcos Profeta. **Mulheres Sertanistas: Transmissão e Sedimentação Cultural do Trabalho Feminino na Formação das Primeiras Fazendas de Gado dos Sertões Baianos (1704-1838).** 2019. 247f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- SANTOS, Ocerlan Ferreira. **Memórias da Escravidão e das Mestiçagens no Sertão da Bahia do século XIX.** 2015. 207 f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2015.
- SANTOS, Jucineide dos; MENDES, Francimaura. Entre redes de solidariedades e lutas: A experiência das libertas na Vila de Porto Seguro (1873-1885). **Gênero**, Niterói, v. 16, n.2, p. 33-54, 2016.
- SILVA, Glaybson Guedes Barbosa da. **“Talvez Deus te dê boa sorte nas Lavras”: estratégias de trabalho e sobrevivência de mulheres livres e libertas nas Lavras da Bahia (Lençóis, 1850 – 1880).** 2019. 220 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. **Pretas de honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870).** 299 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.
- VIANA, Kelly Cristina Benjamim. **Em Nome da Proteção Real: Mulheres Forras, Honra e Justiça na Capitania de Minas Gerais.** 2014. 284f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.